ATOS DO PLENO**RESOLUÇÕES****PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÃO - EDITAL 164/2014**

Para conhecimento das partes interessadas e demais efeitos legais, publica-se a seguinte resolução:

RESOLUÇÃO nº 1448/2014

Dispõe sobre o processamento dos pedidos de registro de candidatura nas Eleições 2014, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 64/90, na Lei nº 9.504/97, e na Resolução TSE nº 23.405/2014;

CONSIDERANDO que todos os processos de registro de candidatura, apresentados até o dia 5 de julho de 2014, devem restar julgados e as respectivas decisões publicadas em sessão de julgamento até o dia 5 de agosto de 2014, conforme determinado no art. 54 da Resolução TSE nº 23.405/2014;

CONSIDERANDO a quantidade de processos que serão autuados e distribuídos no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso relacionados ao registro de candidatura nas Eleições 2014 e a exiguidade dos prazos para processamento e julgamentos desses feitos;

RESOLVE

Art. 1º. O processamento dos registros de candidatura nas Eleições 2014, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, seguirá o disposto nesta Resolução sem prejuízo da observância das disposições contidas na Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral), Lei nº 9.504/1997, Lei Complementar nº 64/1990 e na Resolução TSE nº 23.405/2014.

DO RECEBIMENTO DO PEDIDO

Art. 2º. Os formulários Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e Requerimento de Registro de Candidatura (RRC), serão protocolizados até às 19 horas do dia 5 de julho de 2014, nas instalações da "Casa da Democracia", prédio anexo ao Edifício-Sede deste Tribunal.

§1º. As petições referentes aos processos de registro de candidatura serão protocolizadas somente na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, vedado o seu recebimento nos cartórios eleitorais.

§ 2º. Será vedado o recebimento de petições eletrônicas (Resolução TRE/MT nº 1270/2013) em relação aos processos de que tratam este normativo.

Art. 3º. Para fins do disposto no art. 8º da Resolução TSE nº 23.405/2014, os partidos políticos integrantes da Coligação devem informar à Justiça Eleitoral o(s) nome(s) do(s) delegado(s) indicado(s) ou do representante designado.

Parágrafo único. A comunicação a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser feita nas 48 (quarenta e oito) horas subsequentes à realização das convenções por meio de ofício dirigido à Secretaria Judiciária, protocolizado no Tribunal.

Art. 4º. Estarão legitimados a efetuar a entrega dos pedidos de Registro de Candidaturas perante este Tribunal:

I - na hipótese de coligação, a(s) pessoa(s) indicada(s) no artigo anterior;

II - no caso de Partido Político, o seu subscritor, podendo este ser o presidente do diretório nacional ou regional, ou da respectiva comissão diretora provisória, ou delegado autorizado (art. 22, §3º, da Resolução TSE nº 23.405/2014).

Art. 5º. Caberá à Secretaria Judiciária indicar a equipe de servidores para os misteres de recebimento, conferência, protocolização e processamento dos registros de candidatura. Após, a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (CED/SGP) irá compilar e organizar a relação destes servidores, cabendo à Presidência do Tribunal expedir ato de designação dos integrantes da força-tarefa de registro de candidaturas.

Parágrafo único. Na equipe de que trata o *caput* deste artigo, poderão participar, como auxiliares, servidores de outras unidades do Tribunal, bem como dos Cartórios Eleitorais das circunscrições de Cuiabá e Várzea Grande.

Art. 6º. Ao receber o pedido de registro de candidatura, a equipe de servidores integrantes da força-tarefa especificada no artigo anterior providenciará:

I - a recepção e leitura, no Sistema de Candidaturas (CAND), do arquivo digital gerado pelo Sistema CANDex;

II - a emissão das etiquetas com o número do protocolo gerado no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), afixando-as nos formulários DRAP e em cada RRC apresentado;

III - a conferência da documentação;

IV - a entrega ao representante do partido/coligação ou ao responsável pela apresentação dos documentos, conforme o caso, do recibo de protocolização gerado pelo Sistema de Candidaturas.

§ 1º. Constatada a ausência de documentos necessários à instrução do pedido ou sua irregularidade, o partido, a coligação ou o candidato será imediatamente notificado pela Secretaria Judiciária, na pessoa do responsável pela entrega, para complementar a documentação no prazo de 72 horas.

§ 2º. O procedimento disciplinado no § 1º deste artigo não suprime a fase de saneamento prevista no artigo 36 da Resolução TSE nº 23.405/2014, de competência do relator do processo.

DO PROCESSAMENTO

Art. 7º. O Requerimento de Registro de Candidatura (RCC), acompanhado dos documentos respectivos, será individualmente autuado e distribuído, em razão da dependência, ao relator do processo principal (DRAP).

Parágrafo único. Os RCCs referentes aos cargos majoritários de uma mesma chapa serão autuados em separado, apensados, processados e julgados conjuntamente.

Art. 8º. Incumbe à Secretaria Judiciária elaborar a informação de que trata o artigo 35 da Resolução TSE nº 23.405/2014, a qual, nos autos do processo de registro de candidatura, irá abranger a regularidade da documentação e o preenchimento das condições de elegibilidade.

Art. 9º. Certificado o transcurso "in albis" do prazo para impugnação e sendo a informação de que trata o artigo 8º desta Resolução pela regularidade do pedido de registro de candidatura, a Secretaria Judiciária imediatamente fará vista dos autos ao Ministério Público Eleitoral, na qualidade de "custus legis", pelo prazo de até 2 (dois) dias para emissão de parecer.

Art. 10. Havendo qualquer falha ou omissão no pedido de registro e no DRAP que possa ser suprida pelo partido político, candidato ou coligação, a Secretaria Judiciária procederá, de ofício, a notificação dos interessados para sanar o vício, no prazo de 72 horas, contados da respectiva intimação (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 3º; Resolução TSE nº 23.405/2014, art. 36 c/c art. 44, *parágrafo único*).

Parágrafo único. Após transcorrido o prazo de que trata o *caput*, com ou sem resposta, será aberta vista dos autos ao Ministério Público Eleitoral pelo prazo de até 2 (dois) dias para emissão de parecer, salvo se houver alguma questão importante que necessite análise ou decisão prévia do Relator.

Art. 11. Havendo impugnação ao pedido de registro de candidatura ou notícia de inelegibilidade, sem prejuízo da intimação de que trata o art. 10 desta Resolução, a Secretaria Judiciária deverá imediatamente notificar o candidato, partido ou coligação, conforme o caso, para, no prazo de 7 (sete) dias, contestá-la ou se manifestar sobre a notícia de inelegibilidade, juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de outras provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais ou administrativos, salvo os processos que estiverem tramitando em segredo de justiça (LC nº 64/1990, art. 4º; Resolução TSE nº 23.405/2014, art. 38).

Parágrafo único. No processamento da impugnação de registro de candidatura e/ou da notícia de inelegibilidade devem ser observadas as disposições contidas nos artigos 37 a 43 da Resolução TSE nº 23.405/2014.

DO JULGAMENTO

Art. 12. Os julgamentos dos pedidos de registro serão realizados na forma dos artigos 44 a 54 da Resolução TSE nº 23.405/2014, sem prejuízo das disposições específicas vigentes no âmbito deste Regional.

Art. 13. Para fins de cumprimento do disposto no art. 49, § 2º, da Resolução TSE nº 23.405/2014, caberá ao Relator informar à Secretaria Judiciária os processos para inclusão na relação de julgamento, com antecedência mínima de 10 (dez) minutos antes do início da respectiva sessão.

Parágrafo único. No julgamento em sessão aplicam-se as disposições previstas no art. 50, §§ 1º a 5º, da Resolução TSE nº 23.405/2014, e, no que couber, o Regimento Interno do Tribunal.

Art. 14. O Relator poderá deferir monocraticamente o pedido de registro sem impugnação e/ou sem notícia de inelegibilidade formalizada nos autos e com parecer do representante do Ministério Público Eleitoral pelo deferimento da candidatura. De igual modo, após manifestação ministerial, poderá o relator homologar renúncia de candidatura (Regimento Interno do TRE-MT, art. 41, XXIII).

§ 1º. A decisão monocrática que deferir o registro ou homologar renúncia de candidatura deverá ser publicada em sessão de julgamento, passando a correr dessa data o prazo para a interposição dos recursos cabíveis.

§ 2º. O Ministério Público será pessoalmente intimado da decisão monocrática de que trata o *caput* deste artigo, em sessão de julgamento, quando nela publicadas.

§ 3º. Será admitida sustentação oral, pelo prazo de 10 (dez) minutos, no agravo regimental eventualmente interposto contra a decisão monocrática de que trata este artigo.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Entre os dias 5 de julho e 10 de outubro, ou na hipótese de segundo turno, até o dia 15 de novembro de 2014, os prazos a que se refere esta resolução são peremptórios e contínuos, correndo em Secretaria, e não se suspenderão aos sábados, domingos e feriados (LC nº 64/1990, art. 16; Resolução TSE nº 23.405/2014, art. 70).

§ 1º. A retirada dos autos da Secretaria Judiciária, pelos advogados e/ou requerentes, para a obtenção de cópia no período do *caput* deste artigo, não será superior a uma hora, nos termos da parte final do artigo 40, §2º, do CPC.

§ 2º. Não será permitida a retirada dos autos relacionados para julgamento, incluídos em pauta ou em fase de elaboração de acórdão e notas.

Art. 16. O edital contendo os pedidos de registro para ciência dos interessados será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Parágrafo único. No período previsto no artigo 15 desta resolução, poderão ocorrer publicações aos sábados, domingos e feriados.

Art. 17. Os casos controversos ou omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador JUVENAL PEREIRA DA SILVA. Presidente do TRE/MT. Desembargador. MARCOS MACHADO. Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral em substituição. Doutor JOSÉ LUÍS BLASZAK. Juiz-Membro. Doutor SAMUEL FRANCO DALIA JUNIOR. Juiz-Membro. Doutor PEDRO FRANCISCO DA SILVA. Juiz-Membro. Doutor AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR. Juiz-Membro. Doutor LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO. Juiz-Membro.

Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze.

Assinado por: **Breno Antonio Sirugi Gasparoto - Secretário Judiciário**

RESOLUÇÃO Nº 1446

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, tendo em vista o que consta no Processo nº 120-43.2014.6.11.0000 – Classe PA – SADP nº 19.549/2014, em sessão do dia 16.06.2014, por unanimidade, resolve, AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Sr. Dr. Ramon Fagundes Botelho, Juiz da 4ª Zona Eleitoral – Poconé, no período de 25 a 29/08/2014, para tratar de assuntos pessoais.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2014.

Assinado por: **Desembargador JUVENAL PEREIRA DA SILVA - Presidente do TRE/MT**

RESOLUÇÃO Nº 1447

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, tendo em vista o que consta no Processo nº 123-95.2014.6.11.0000 – CLASSE PA - Protocolo nº 19.955/2014, em sessão do dia 16.06.2014, por unanimidade, com fundamento nos dispositivos constantes da Resolução TSE nº 20.958/2001, bem como, do Regimento Interno deste Tribunal, resolve, deferir o pedido de renúncia formulado pelo Juiz-Membro Dr. José Luís Blaszak, a fim de encerrar seu biênio com efeitos a partir do dia 01º/07/2014.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2014.

Assinado por: **Desembargador JUVENAL PEREIRA DA SILVA - Presidente do TRE-MT**

ATOS DA PRESIDÊNCIA

EDITAIS

EDITAL Nº 06/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, usando de suas atribuições legais, e, tendo em vista o que dispõe o artigo 121, § 2º, da Constituição Federal, o artigo 32, parágrafo único, da Lei nº 4.737, de 15/07/1965, o artigo 3º, § 3º, da Resolução TSE nº 21.009/2002 e os artigos 1º e 3º da Resolução TRE/MT nº 1.232/2012,

COMUNICA aos Senhores Juízes de Direito em efetivo exercício na comarca de VÁRZEA GRANDE/MT, que estará aberta a inscrição para o preenchimento da vaga de JUIZ ELEITORAL da 20ª Zona Eleitoral, com sede no mesmo município, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do presente Edital no Diário da Justiça Eletrônico DJE, devendo a habilitação ser feita por meio de ofício endereçado à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, que deverá ser protocolado no Protocolo Geral do TRE/MT ou enviado para o endereço eletrônico protocolo@tre-mt.gov.br para o mesmo setor, oportunidade em que o magistrado interessado deverá declarar que não incorre nos impedimentos previstos no artigo 14, § 3º, da Lei nº 4.737/1965^[1], bem como a viabilidade de deslocamento à sede do Cartório Eleitoral, nos termos do artigo 3º do Provimento CRE nº 10/2012^[2].

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, em 16 de junho de 2014.

^[1] Art. 14. Os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

§ 3º Da homologação da respectiva convenção partidária até a apuração final da eleição, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, parente consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

^[2] Art. 3º. Deve o magistrado, quando de sua inscrição à vaga de juiz eleitoral, apresentar declaração de viabilidade de locomoção à sede do cartório da zona eleitoral pretendida.

Assinado por: **Desembargador JUVENAL PEREIRA DA SILVA - Presidente**

PORTARIAS

PORTARIA Nº 201/2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XI, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o que consta no processo administrativo eletrônico, n.º 50/2014, resolve cessar os efeitos da requisição da servidora Marilyn Silva de Albuquerque, deferida por meio da Portaria n.º 33/2014, publicada no DJE n.º 1583, a contar de 09/05/2014.

Cuiabá, 18 de junho de 2014.

Assinado por: **Desembargador Juvenal Pereira da Silva - Presidente**